

O BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica

Alba Maria Pinho de Carvalho

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Eliana Costa Guerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

O BRASIL NO SÉCULO XXI NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir a inserção do Brasil na crise estrutural do capital, enfocando, em particular, as especificidades do modelo brasileiro de ajuste, empreendido ao longo do século em curso, a partir do delineamento de elementos analítico que nos permitam adentrar na complexa teia da vida social brasileira dos últimos anos. Trata-se de um ensaio teórico produzido a partir da leitura crítica de texto de analistas, pesquisadores e estudiosos da realidade brasileira contemporânea. Partimos de dois pressupostos fundantes: estamos a viver um novo momento e uma nova temporalidade, a demarcar o sistema do capital; a crise brasileira é uma encarnação peculiar da crise do capital em seus permanentes deslocamentos geográficos. Delineamos, à guisa de conclusão que, enquanto particularidade da crise do capital, a crise brasileira expressa o esgotamento de um ciclo de ajustes, com graves implicações sociais, políticas, econômicas, ambientais.

Palavras-chave: Crise estrutural, ciclos de ajuste, modelo rentista-extrativista, disputa política, crise de hegemonia.

THE BRAZIL IN THE XXI CENTURY IN CAPITAL CRISIS CIRCUITS: the brazilian model set in focus of criticism

Abstract: This article aims to discuss the inclusion of Brazil in the structural capital crisis, particularly focusing on the specifics of the Brazilian model of adjustment, undertaken throughout the current century from the delineation of the analytical elements that allow us to enter the complex web of the Brazilian social life in recent years. This is a theoretical essay produced from the critical reading of texts made by analysts, researches and scholars of the contemporary Brazilian reality. Starting from two fundamental assumptions: we are living a new moment and a new temporality demarcating the capital system. The Brazilian crisis is a peculiar incarnation of the capital crisis in its permanent geographical dislocation. We outline, by means of conclusion that whilst a particular of the capital crisis, the Brazilian crisis expresses the exhaustion of a cycle of adjustments with grave social, political, economic and environmental implications.

Key words: Structural crisis, setting cycles, rentier-extractive model, dispute policy, crisis of hegemony.

Recebido em: 01.03.2015 Aprovado em: 23.03.2015.

1 INTRODUÇÃO

Nossa pretensão neste artigo é discutir a inserção do Brasil no contexto da crise que circunscreve o capitalismo contemporâneo, adentrando, assim, nas particularidades do modelo brasileiro de ajuste, ao longo do século XXI. O desafio é configurar elementos analíticos para pensar a contemporaneidade brasileira, que, à primeira vista, parece mostrar um *país em pedaços*, em meio a reviravoltas permanentes!

Partimos de dois pressupostos fundantes: nos últimos quinze anos, nos circuitos da crise do capitalismo, estamos a viver um novo momento e uma nova temporalidade, a demarcar a civilização do capital¹; a crise brasileira, cujas manifestações mais evidentes aparecem nos últimos dois anos, a se revelar com dramática intensidade, neste primeiro semestre de 2015, é uma encarnação peculiar da crise do capital que, em seus permanentes deslocamentos geográficos, materializa-se na América Latina e, particularmente, no País.

Assim, pensar o Brasil no século XXI, em seu padrão de inserção no plano mais geral da acumulação mundial, delineando tramas do chamado *modelo brasileiro*, impõe a exigência de configurar o panorama contemporâneo nesta civilização do capital, enfocando a crise, em seu reordenamento geopolítico mundial, destacando a posição brasileira no continente latino-americano. O esforço é partir do cenário global para abrir vias analíticas que possibilitem tecer as necessárias mediações para desvendar o *enigma Brasil*, nesta segunda década dos anos 2000.

2 CRISE DO CAPITAL E REORDENAMENTO GEOPOLÍTICO MUNDIAL: o padrão latino-americano de inserção no capitalismo contemporâneo

Em meados da segunda década do século XXI, vivemos um novo tempo na civilização do capital: mudanças nas configurações do capitalismo

em crise, com redefinição de estratégias; avanço conservador, com emergência de novas direitas, a expressarem o ódio de classe, sem pudor e limites; marcha da intolerância em nível mundial; retorno, com força, do neoliberalismo, após a crise de 2007-2009, impondo uma agenda política de ajuste aos Estados; expressões da luta de classes, em um contexto de sublevações, com insurgência de revoltas populares; mutações e reviravoltas sócio-políticas e culturais, a colocar em xeque partidos, governos, esquerdas e todas uma tradição política militante.

Análises desta contemporaneidade do capital circunscrevem momentos-limite. Paulo Arantes (2015, p. 26), assim avalia o sistema do capital:

[...] um sistema que se decompõe sem a contribuição de qualquer inimigo estruturalmente designado para abatê-lo [...] a gangrena de um sistema que não cresce mais e só produz dívidas se alastra sendo todos a favor [...] o capitalismo está morrendo de uma overdose de si mesmo.

E sustenta, então, o autor, ser

[...] totalmente vã a procura do sujeito antagonico clássico, pois seu apodrecimento ocorre pela inexistência de qualquer molécula anticapitalista. (ARENTEZ, 2015, p. 26).

Cândido Grzybowski (2015, p. 2), intelectual militante, emergente do campo das ONGs, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) também é categórico em sua avaliação:

[...] a verdade é que o mundo está em crise larval, mais forte aqui e acolá, menos em outros lugares, mas em crise profunda. Não há saída à vista. A civilização capitalista está se esgotando. A possibilidade de um capitalismo verde, real, é como postergar uma crise terminal. É insustentável o modo como produzimos as condições de vida num planeta ameaçado em sua

integralidade e organizamos nosso modo de viver em uma sociedade profundamente desigual, negador da igualdade na diferença.

Tais avaliações de intelectuais, referência no pensamento crítico, interpelam-nos a pensar os fundamentos e a natureza desta crise do sistema do capital, em seus permanentes deslocamentos, avaliando o que pode ser denominada *geopolítica da crise*.

2.1 Crise estrutural do capital e configurações geopolíticas no século XXI

Nos últimos quinze anos, aprofundaram-se transformações no próprio capitalismo, vinculadas ao desenvolvimento desmesurado e sem controle da ciência e da tecnologia, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética da sustentabilidade e do cuidado. De fato, delineia-se, com crescente intensidade, novo momento do capitalismo, tendo-se, em curso, transformações nos padrões de acumulação e de valorização do capital. É a *financeirização da economia*, com a expansão sem limites da riqueza abstrata, a impor ciclos de ajuste aos diferentes países, a partir da posição ocupada na divisão internacional do trabalho. A condição de periferia passa por reconfigurações, com novas formas de dependência que se agravam nos circuitos da mundialização. Em verdade, vivencia-se uma nova temporalidade do capital, caracterizada pela sua expansão incontrolável, pela exacerbação da liquidez, da instabilidade e da insegurança, a explicitarem-se, com intensa e dramática visibilidade, na crise do capital que irrompe no cenário mundial, nos anos finais da primeira década do século XXI. Trata-se de uma crise estrutural do sistema², com permanentes desdobramentos e deslocamentos que, por sua própria natureza, obrigatoriamente, afeta a humanidade como um todo. É decisivo compreender a natureza e amplitude desta crise, delineada nos seguintes termos:

O sistema do capital, no século XXI, confronta-se com uma crise civilizacional, expressando a insustentabilidade do seu modo de funcionamento, fundado na sua expansão predatória e sem limites, a manifestar-se numa articulação de crises: ambiental, climática, alimentar, energética, financeira, crise do mundo do trabalho, crise social e uma profunda crise de sentidos. (CARVALHO, 2014b, p. 226-227).

Como bem avalia Mézáros (2009), nenhum país pode evocar imunidade a esta crise estrutural do capital, nem mesmo a China, com seu superávit de trilhões de dólares que, neste capitalismo de liquidez e risco, pode evaporar-se de um dia para outro, em meio a uma turbulência.

Com efeito, esta crise estrutural do capital em tempos contemporâneos é a encarnação da *crise do valor*, gestada nos circuitos da lógica de acumulação ilimitada e incontrolável do capital. Logo, as raízes de tal crise encontram-se fincadas no atual estágio de desenvolvimento da civilização do capital, com novas formas de dominação, a espriar-se em toda a vida social (CARVALHO, 2010). De fato, no final da primeira década do século XXI e início da segunda, constitui-se uma geopolítica da crise, com redefinições e alterações na disputa hegemônica mundial, colocando-se no horizonte dos diferentes países, a exigir condições estratégicas de enfrentamento (CARVALHO, 2012a). Napoleon Galarza elucida os circuitos dessa geopolítica da crise:

Depois da crise hipotecária de 2008, o capital financeiro global se move em quatro direções combinadas: (i) produz desvalorizações sistêmicas de capital fictício, com a transferência de custos para toda periferia europeia; (ii) projeta o imperialismo aberto respaldado pela força militar norte-americana com guerras sobre todo o Oriente Médio pelo controle dos recursos

estratégicos e a contenção da expansão do eixo Leste-Oeste, encabeçado pelos BRICS [...] ; (iii) desloca o capital rentista para novos terrenos, já não somente a renda tradicional da terra, a exploração dos recursos naturais, mas agora em combinação com a renda do conhecimento; e (iv) reforça as formas de acumulação por espoliação em torno da energia/hidrocarburetos, construção/infraestrutura, agricultura transgênica/agrocombustíveis. (GALARZA, 2014, p. 63, tradução nossa).

De fato, no século XXI, vem se gestando uma nova geopolítica mundial, com deslocamentos de posições no intrincado tabuleiro de xadrez das relações de poder. Slavoj Žižek (2011), ao centrar o olhar na primeira década dos anos 2000, destaca dois eventos que constituem marco histórico: os ataques de 11 de setembro, a *tragédia* justificadora de qualquer ofensiva em nome de salvar os EUA; a crise financeira de 2009, a *farsa* resultante do modo de funcionamento do sistema e apresentada como imprevisível que, do nada, atingiu os mercados, justificando quaisquer medidas para salvar as instituições financeiras. Estes dois eventos estão na base da tessitura de um novo reordenamento geopolítico mundial, reconfigurando a posição dos EUA como potência hegemônica na civilização contemporânea do capital e viabilizando a mobilização de outras peças, nas tramas do *jogo de xadrez do poder*³.

É inegável o declínio do poder econômico-financeiro dos EUA e a legitimação da sua posição de potência militar na *guerra permanente ao terror*, como justificativa para invasões, espionagens e extermínios. De fato, no limiar do século XXI, a economia norte-americana vivencia a ameaça de colapso, em meio a maior e mais obviamente impagável dívida do mundo, tendo a Rússia e a China como os maiores credores. E, transformar sinais óbvios de declínio em previsões de agressão é uma estratégia norte-americana. É a justificativa da guerra como defesa (SANTOS,

2015a). A guerra é altamente lucrativa para os EUA, devido à superioridade que têm na sua condução. Para Harvey (2004), a utilização de estratégias belicistas ocorre, geralmente, em contextos de crise, com sérios problemas internos. O objetivo é *consolidar solidariedades internas via fabricação de ameaças externas*. Ora, a recessão, iniciada em 2001, não cedia, tendo, inclusive, se agravado com os ataques às Torres Gêmeas. Crescia o desemprego, agravando a sensação de insegurança. Críticas a estas estratégias foram rapidamente atribuídas à atitude antipatriótica. Assim,

[...] o inimigo externo malévolo tornou-se a força primordial, por meio da qual exorcizar ou domar os demônios que espreitavam no interior. Essa relação entre as condições internas e externas do poder político desempenhou um papel relevante, embora amplamente oculto, na dinâmica que alimentou o conflito com o Iraque. (HARVEY, 2004, p. 24).

A China, por sua vez, afirma-se como potência no capitalismo contemporâneo, com forte crescimento, em meio à crise do capital, embora continue sendo um país sumamente pobre e estruturalmente desigual⁴ (CHOMSKY, 2015). De forma incontestada, a China assume a posição de maior exportadora e segundo maior importador do mundo, com extraordinária demanda por produtos primários agrícolas e minerais, a circunscrever um padrão de *acumulação por espoliação*, voltando-se para a América Latina, inclusive para o Brasil (PAULANI, 2010). Desse modo, consolida-se a presença comercial chinesa, constituindo-se alternativa para a América Latina no enfrentamento da crise do capital.

Neste tabuleiro de xadrez, há que se considerar, o estreitamento das relações China/Rússia, com o domínio chinês. A rigor, a pressão dos EUA e do Japão sobre a China, desde o Leste, está empurrando a China para a Ásia Central (CHOMSKI, 2015), com o estabelecimento da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS), com base na China, mas que inclui Rússia, os Estados centrais asiáticos,

a Índia e o Irã como observador. Tal empreendimento político e econômico inquieta as grandes potências mundiais.

Nos circuitos da crise estrutural do capital é também patente o declínio da União Europeia. Assim, as duas tradicionais potências em declínio – EUA e União Europeia – articulam-se em parcerias econômico-financeiras e políticas, com a dominância dos EUA. É emblemático o caso da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), que visa tornar a Europa mais dependente dos EUA, sobretudo, no que diz respeito à energia (SANTOS, 2015a).

Analistas apontam sinais de uma *segunda guerra fria*. Como destaca Boaventura de Sousa Santos (2014b, grifo do autor),

[...] tudo leva a crer que está em preparação a terceira guerra mundial, se entendermos por 'mundial' uma guerra que tem o seu teatro principal de operações na Europa e se repercute em diferentes partes do mundo.

Trata-se de uma guerra provocada unilateralmente pelos EUA, com a cumplicidade ativa da Europa. O seu alvo principal é a Rússia e, indiretamente, a China. O pretexto é a Ucrânia. Esta tese de uma *terceira guerra mundial*, é também veiculada em avaliações da geopolítica mundial:

[...] creio que estamos em uma terceira guerra mundial, que decidirá se o futuro é unipolar e anglo-saxão ou multipolar. O aspecto bélico da luta se faz por intermediários, porque uma confrontação direta entre os protagonistas resultaria em derrota mútua. O dinheiro é o nervo da guerra, "Thomas More", a estratégia é esgotar economicamente os adversários; a arma é a diplomacia econômica. (MAZZEI, 2015, p. 1, grifo do autor, tradução nossa).

Neste jogo de peças e posições, como se insere a América Latina e, particularmente, o Brasil? – Eis uma questão-chave em nossa avaliação das relações de poder no cenário contemporâneo.

Assim, o século XXI, em sua primeira década e limiar da segunda, marca a construção de um novo ordenamento geopolítico na América Latina, configurado processos de busca de autonomia com relação às potências europeias e norte-americanas⁵. Por certo, na primeira década dos anos 2000, o continente latino-americano vivencia um período de ascensão de governos progressistas, de diferentes matizes, sustentados em movimentos e organizações sociais de caráter emancipatório, permitindo referir-se, à época, a uma *virada à esquerda*⁶. Pesquisadores denominam tais governos, em sua heterogeneidade, de *governos pós-neoliberais*, considerando que, movimentos sociais da base política de tais governos – alguns dos quais se transformaram em partidos políticos – emergiram e se constituíram, confrontando-se com as expressões do neoliberalismo, encarnado nas experiências latino-americanas de ajuste ao capitalismo financeirizado. Nesta perspectiva, merecem destaque as experiências da Bolívia e da Venezuela e o esforço de integração latino-americana, materializado na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e em outras iniciativas (CARVALHO, 2012b). Entretanto, passado o aturdimento das direitas nacionais e internacionais, as forças conservadoras se rearticulam, contrapondo-se aos avanços sociais obtidos nos marcos dos governos progressistas. Para tanto, contam com o apoio do arsenal dos meios de comunicação, que buscam fazer crer que *o que é bom para as elites é bom para os pobres* e trabalhadores. A este contexto de avanço das forças conservadoras Rafael Correa (2014), presidente do Equador, denomina *restauração conservadora*, apoiada por forças reacionárias mundiais, continentais e nacionais.

Inegavelmente, tem-se uma significativa mudança nas relações de poder na ordem geopolítica no século XXI: os Estados Unidos, como potência que exerce o maior domínio em todo o mundo, já não tem poder decisivo de destruir governos e de impor ditaduras militares

na América Latina, como detinha amplamente no século XX (CHOMSKI, 2015)⁷. Todavia, segue exercendo poder na região e marcando sua presença⁸, a despeito das críticas, especialmente, no âmbito de governos progressistas.

Esta posição de conquista de autonomia de países da América Latina, com seus governos progressistas sofre inflexões com a chegada de Barak Obama ao poder, ao assumir a presidência em 2009, com a posição estratégica de retomar a presença dos EUA no continente latino-americano. A partir de então, esta geopolítica, em movimento, é marcada pelo acirramento da disputa hegemônica, com rearticulação de forças conservadoras, expressas nos golpes de Honduras (2009) e do Paraguai (2012). Ao mesmo tempo, no âmbito dos próprios projetos progressistas revelam-se, com nitidez, contradições a apontar limites na construção de um projeto de hegemonia, de natureza emancipatória. Em meados da segunda década do século XXI, pairam ameaças sobre governos progressistas na América Latina. Está em marcha uma verdadeira *restauração conservadora*, com os EUA objetivando pôr fim ao ciclo de governos progressistas no continente latino-americano (CHOMSKI, 2015).

Outra peça importante neste jogo de posições da geopolítica, com rebatimentos diretos no Brasil, é a constituição e atuação dos BRICS, como grupo não alinhado de economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É preciso considerar que a presidente Dilma Rousseff é uma das cinco cabeças dessa articulação, que consigna a formação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com capital inicial autorizado de 100 bilhões de dólares e um fundo de reserva de outros 100 bilhões de dólares. Neste cenário, o consultor para riscos estratégicos Frederick William Engdahl (2015), alerta que a Presidente do Brasil figura como o próximo alvo de Washington. E, neste sentido, não nos parece estranho o peso jogado pela grande mídia na desestabilização política do país!

2.2 Emergência e crise dos governos progressistas na América Latina: o esgotamento do padrão rentista-extrativista e expressões de resistência e luta

Na primeira década do século XXI, a América Latina torna-se especialmente atraente para o sistema do capital em um duplo movimento: como detentora de recursos naturais a serem expropriados por centros capitalistas hegemônicos, inclusive a China, no processo analisado por David Harvey (2004) como *acumulação por espoliação*⁹; como espaço de destinação do capital financeiro a deslocar-se para regiões consideradas periféricas. Assim, nesta primeira década do século XXI, tem-se um ciclo de crescimento dos países latino-americanos, nos marcos de uma *acumulação rentista-extrativista* (GALARZA, 2013; 2014). Trata-se da materialização do movimento do capital financeiro global, nos circuitos da crise, no sentido de reforçar as formas de acumulação por espoliação em torno da energia/hibrocarburetos, construção/infraestrutura, agricultura transgênica/agrocombustíveis. Desse modo, a América Latina deflagra um período de crescimento *anticíclico* da Região, alcançando índices em torno de 5% ao ano, enquanto os países do centro suportam situação de crise. Tal arranjo permite ao Estado impulsionar políticas redistributivas e de assistência social, que contribuem para um amplo respaldo aos governos (GALARZA, 2014).

Assim, na primeira década dos anos 2000, em um ambiente de crescimento econômico, com políticas de enfrentamento à pobreza, governos progressistas da América Latina reforçam sua inserção dependente no capitalismo mundializado, por uma dupla via: como plataformas de acumulação financeira a receber capitais especulativos que, no contexto da crise, deslocam-se dos países capitalistas considerados avançados para as regiões nomeadas periféricas; revitalização do extrativismo como padrão de acumulação baseado na exploração de recursos naturais e energéticos, atendendo a demandas de países que, nos circuitos da expansão do capital,

exploram nações ricas em determinadas matérias primas e deficitárias em nível do desenvolvimento tecnológico. Nos circuitos da crise do capital, a China intensifica suas relações comerciais com a América Latina¹⁰.

Tal modelo rentista-extrativista, encarnado por governos progressistas do continente latino-americano, como Bolívia e Equador, é perpassado por um paradoxo: enquanto as novas Constituições permeadas pela perspectiva do bem viver – *suma qamaña, sumak kawsay* – declaram os direitos da natureza, nestes países, a participação de produtos primários na pauta de exportações é muito elevada, reforçando um modelo extrativista devastador do meio ambiente, uma vez que esgota jazidas ou as extrai em um ritmo superior à taxa de reposição (ÁLVAREZ, 2013). Assim, imersos no modelo da acumulação rentista-extrativista, avalia Galarza (2014, p. 64), ao delinear o mapa político da América Latina no século XXI:

[...] a base material define o caráter dos governos progressistas como regimes de mudança de ciclo, regimes posneoliberais, mas sem poder enfrentar a mudança do padrão capitalista da acumulação: modelos de modernização capitalista com fortalecimento do Estado e processos de redistribuição e assistência social.

Na segunda década deste século XXI, mais precisamente nos anos 2012/2013, este ciclo de crescimento dos países latino-americanos dá mostras de esgotamento, revelando-se, então, as expressões da crise do capital que, então, adentra a América Latina (CARVALHO, 2014a; 2015). Em 2013, a onda de preços altos de *commodities* - que desde 2003 e 2004 haviam subido fortemente, favorecendo as exportações básicas de minerais, alimentos e energia – começa a modificar-se. Particularmente, verifica-se uma tendência à baixa no preço internacional do petróleo, pela incidência de diversos fatores geoeconômicos e políticos (GALARZA, 2014).

A Comisión Económica para a América Latina y el Caribe (CEPAL) assim avalia este quadro

de queda das exportações no continente latino-americano:

A tendência à baixa na demanda e no preço das *commodities* se tem transformado em uma preocupação constante para as economias da América Latina: a isto há que se agregar um cenário externo determinado pela desaceleração do crescimento da China, principal consumidor de recursos naturais da região e pela recessão na zona do euro. (COMISIÓN ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE, 2013, p. 2).

E, no clima de incerteza de 2013, se esta queda de exportações significava uma mudança brusca de ciclo, a região necessita pôr-se em dia, *dramáticamente em día*, com a política industrial (COMISIÓN ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE, 2013).

A Cúpula Ibero-Americana de 2014, no contexto do considerado fim de um ciclo na América Latina, com o término da *época de bonanza*, de crescimento regional de 5%, prioriza, em sua agenda de discussões, a busca de um novo modelo de crescimento econômico. A titular da Secretaria Geral Ibero-Americana Rebeca Grynspan afirma:

Temos que entrar em uma segunda geração de políticas públicas para voltar ao crescimento. Estamos diante de um fim de ciclo no entorno internacional, e a única forma de enfrentá-lo é com uma revolução da produtividade e uma explosão da inovação. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2014).

É inconteste que este modelo rentista-extrativista, imposto nos ciclos de ajuste, afirma-se, neste século XXI, como padrão dominante nos países latino-americanos. Trata-se de uma forma dependente de inserção dos países da América Latina, a garantir, na primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, um cenário de crescimento econômico e de políticas de redistribuição de renda

para os mais empobrecidos da população. No entanto, num balanço crítico, é preciso atentar para as particularidades do desenvolvimento deste modelo nos distintos países, especificamente em países assumidos pelos chamados governos pós-neoliberais, que buscaram, de diferentes formas, constituir frentes de luta por autonomia e soberania. A rigor, determinados países desenvolveram alternativas de produção, transferência de tecnologias e inovação, mesmo nos marcos do modelo rentista-extrativista. Cabe destacar alguns casos emblemáticos: nos quatorze anos dos governos Chávez, a Venezuela, país exportador de petróleo, priorizou, também, a produção de alimentos, atingindo elevado índice, neste setor, em torno de 300%, embora ainda não suficiente para barrar a importação alimentícia; a Argentina investiu na produção de satélites com transferência de tecnologia. E mais: incentivou a fabricação de reatores nucleares para produção de energia, chegando a exportar para Austrália, além de efetivar a reconstrução e revitalização de sua rede ferroviária e portuária.

Este modelo rentista-extrativista tem sido enfrentado por movimentos antisistêmicos, emergentes na América Latina, a exercerem múltiplas formas de resistência. São “[...] movimentos com potencialidade contra-hegemônica em torno da relação entre as lutas antineoliberais e anticapitalistas.” (GALARZA, 2013, p. 9), que consubstanciam um realinhamento de posições face aos distintos governos progressistas no continente latino-americano, em “[...] um processo que vai do desencanto e da crítica à busca de posições autônomas.” (GALARZA, 2013, p. 6). No Equador e na Bolívia, este modelo rentista-extrativista vem sendo objeto de crítica por comprometer, por exemplo, terras indígenas em função de demandas do mercado. O posicionamento de tais movimentos está para além da simplificação *apoio-oposição ao governo*, evidenciando, antes de tudo, sua posição de autonomia em relação a governos pós-neoliberais, eleitos, inclusive, a partir de seu enraizamento com estes movimentos, no âmbito de um processo de

esgotamento dos modelos neoliberais. Galarza (2013, p. 9) identifica quatro eixos mobilizadores destes movimentos:

A resistência ao modelo rentista-extrativista, tendo como signos Dayuma e Kimsacocha em Equador, Atenco em México, o TIPNIS em Bolívia, Bagua em Peru; as lutas por reforma agrária, com o exemplo do MST no Brasil; as lutas em defesa do trabalho; e as lutas de ideias em torno do socialismo.

Com efeito, estes movimentos antisistêmicos encarnam processos contrahegemônicos, na medida em que expressam a capacidade de sujeitos políticos, vinculados aos setores subalternizados, de construir uma visão alternativa, um poder popular paralelo em disputa por uma perspectiva que reordena a sociedade e, em particular, de poder (GALARZA, 2013).

3 O BRASIL NOS CIRCUITOS DA CRISE DO CAPITAL EM SEU PADRÃO DE INSERÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

No contexto do capitalismo contemporâneo em crise, impõe-se a tarefa histórica de adentrar no Brasil, no século XXI, buscando desvelar as tessituras da chamada crise brasileira, a explicitar-se, notadamente, a partir de 2013, intensificando-se, com trágica visibilidade nos últimos oito meses. Isto implica em analisar um aparente paradoxo: da imagem amplamente difundida, do final da primeira e início da segunda década do século XXI de um *Brasil Potência* - a pairar de forma altaneira, em meio à crise mundial - à figuração de um *país em pedaços*, nos tormentos de uma profunda crise, que marca os anos 2013, 2014 e os primeiros meses de 2015.

De que País estamos efetivamente a falar? Trata-se de um Brasil, com suas especificidades de país periférico, a despontar como potência emergente, no âmbito dos BRICs, nesta geopolítica da crise, em nível mundial. É um país de perfil peculiar, nesta nova temporalidade do capital,

permeado por históricas contradições e assimetrias; país do *milagre brasileiro*, que completou seu ciclo de industrialização, no contexto da ditadura militar, à custa de pesado endividamento; país de ajuste tardio e intensivo à ordem do capital mundializado, com abertura irrestrita ao capital estrangeiro; país a vivenciar, nas últimas décadas, a dominância do Estado Ajustador, em confluência com o Estado Democrático de Direito (CARVALHO, 2010; 2012b; 2014a; 2014c); país de extremas desigualdades e injustiças socioambientais, com intensos processos de precarização da vida nas metrópoles, nas grandes, pequenas e médias cidades e nas zonas rurais; país de extensão continental, abundante em recursos naturais, a ressignificar processos de acumulação por espoliação; plataforma emergente de acumulação financeira, com taxas de juros situadas dentre as mais elevadas do mundo; país de arranjos macroeconômicos a hibridizar políticas de justes com neodesenvolvimentismo, a impulsionar processos de desindustrialização/reprimarização e desnacionalização; espaço de intensos conflitos sociais, diversificadas formas de resistência e luta. Tais elementos compõem a complexa teia da vida brasileira a delinear distintas configurações nas tramas e ciclos de ajuste.

Em nossa análise, privilegiamos o processo de inserção do País no movimento da acumulação do capital, em nível mundial, discutindo de modo especial o ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado, nos últimos 25 anos e problematizado o período mais recente, destacando os dilemas dos governos petistas, do chamado modelo de *crescimento com inclusão*, em tempos de aprofundamento da crise do capital. Interessa-nos, de modo especial, adentrar na discussão das especificidades brasileiras do esgotamento do modelo rentista-extrativista de acumulação, que marca o fim de um ciclo político no país.

Em sua obra *Brasil Potência – Entre La integración regional y un nuevo imperialismo*, Raul Zibechi afirma que o Brasil faz parte de um restrito grupo de nações que emergem da condição de

periferias para a de potências globais. E declara: “[...] penso que a ascensão do Brasil à posição de potencia é um processo irreversível e conflituoso.” (ZIBECHI, 2012, p. 18). E, avalia que tal ascensão constitui um processo permeado de riscos e oportunidades para os setores populares, a enfrentarem uma realidade em mudanças, no quadro de alianças que se estão modificando rapidamente, assim como a composição das classes dominantes (ZIBECHI, 2012).

Hoje, maio de 2015, como entender esta configuração de um *Brasil Potência Global*, em um cenário de crise profunda e de amplo espectro, que se alastra no plano econômico, espalhando-se no campo da política, deixando um rastro de fragmentações, fraturas, inseguranças e incertezas? Enfim, como explicar este *Enigma Brasil*, em sua fase atual, no interior do capitalismo contemporâneo? Eis o desafio que tentamos enfrentar!

3.1A inserção do Brasil no capitalismo financeirizado: ciclos de ajuste nos últimos 25 anos

Ao analisar a experiência brasileira de ajuste, delineamos, para efeito heurístico, uma dupla via de inserção: a inserção ativa e subordinada na acumulação rentista, constituindo-se o Brasil uma *plataforma emergente de valorização financeira*; a inserção internacional periférica e subordinada nos processos de *acumulação por espoliação* (CARVALHO, 2014c). Essas duas vias estão organicamente vinculadas, numa cadeia global de acumulação.

Nesta nova temporalidade do capital, ao percorremos as trilhas da acumulação por espoliação, com base na produção de *commodities*, percebemos, com clareza, que esta forma de atualização da acumulação primitiva se efetiva em uma configuração contemporânea no âmbito de uma rede de produção global, envolvendo complexos extrativistas, corporações agroalimentares, mercantis, industriais, com fortes vinculações com os grandes representantes do capital financeiro.

O Estado Brasileiro apresenta-se como o grande sustentador do funcionamento desta rede global de expropriação/produção/comercialização, viabilizando-a com efetivo respaldo no plano financeiro, jurídico e político. Desse modo, o Estado garante e sustenta a rentabilidade de projetos vinculados ao mercado de *commodities* e exploração de recursos naturais e de superexploração do trabalho, atendendo à sua correspondente demanda por obras de infraestrutura¹¹.

De fato, a integração brasileira no capitalismo contemporâneo está ancorada num insólito e instável arranjo que se encontra na base da crise contemporânea brasileira: plataforma de valorização financeira; dinâmica macroeconômica centrada no consumo e na demanda externa, a privilegiar *commodities*. Esse modelo vigente bem expressa uma *dependência redobrada*, na instigante síntese de Leda Paulani (2012b).

Para adentrar nos interstícios dessa inserção do Brasil nos percursos voláteis do capitalismo financeirizado, definimos, como marco histórico, 1990, quando o país, ao final do século XX, deflagra a sua entrada, tardia e intensiva, no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado, em um contexto de democracia em construção. Com efeito, a partir daí, o Brasil assume uma inserção ativa e subordinada no capitalismo financeirizado, atada à agenda estratégica do Consenso de Washington, submetendo-se aos ditames das políticas de ajuste, estabelecidas pelos centros hegemônicos para os países periféricos e *devedores* da América Latina. É a experiência brasileira de ajuste estrutural, a empreender a financeirização do processo de acumulação, com a intervenção decisiva do Estado. Tal experiência inicia-se, atabalhoadamente, no governo Collor de Melo (1990-1992) e ganha densidade na *era FHC* (1995-1998; 1999-2002), com o Plano Real, a garantir a estabilização monetária e ajustes da estrutura estatal via privatizações. Trata-se da dominância de um Estado Ajustador, a conviver com a institucionalização do Estado Democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional,

restrita, subordinada à lógica de expansão do capital, em meio a tensões de Movimentos Sociais, a lutas pela afirmação de uma cultura política democrática, que atravessa toda a década de 1990 e o limiar dos anos 2000 (CARVALHO, 2012a; 2013; 2014c), materializando o que pode ser considerado um **primeiro ciclo de ajuste**, com governos que adotam, de forma disciplinada, o discurso e a prática neoliberais.

No século XXI, em meio aos circuitos da crise, em seus permanentes deslocamentos e às redefinições geopolíticas mundiais, consolida-se a posição brasileira no cenário mundial como emergente plataforma internacional da valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis ao capital financeiro, mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste (PAULANI, 2012a; 2012b). Este é o **segundo ciclo de ajuste** a se consubstanciar no primeiro e em parte do segundo governo Lula, que, de um lado, segue à risca a política macroeconômica de ajuste e, de outro, investe em políticas de enfrentamento à pobreza, garantindo uma inserção social passiva das massas pela via do consumo.

Ao longo destes dois ciclos de ajuste, a opção pela financeirização da economia, ao privilegiar as finanças, os serviços e as *commodities*, compromete a indústria, com o desmonte da estrutura produtiva (PAULANI, 2010), promovendo, então, um grande retrocesso no perfil de nossa economia. Assim, a desindustrialização e a desnacionalização afirmam-se como marcas do Brasil no século XXI, com sérias consequências para a economia do país, reforçando a sua condição de dependência. Essa condição fica explícita na inversão da pauta de exportações/importações, com incidência na balança comercial, caracterizada pelo peso majoritário da importação de produtos industrializados e exportações de produtos primários, de menor valor agregado. É a encarnação brasileira do modelo rentista-extrativista - em curso na América Latina - que, em um contexto favorável da primeira década do século XXI, possibilita um crescimento econômico do país e promove a redução

da pobreza, no que ficou conhecido como *modelo de crescimento com inclusão*, fortemente associado à figura do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

No final da primeira década dos anos 2000 e limiar da segunda, mais precisamente, na metade do segundo mandato do presidente Lula (2009-2010) e no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), efetiva-se uma inflexão da política econômica: mantém-se o núcleo duro da política de ajuste, incorporando uma dimensão de desenvolvimento, configurando o chamado *neodesenvolvimentismo* (CARVALHO 2013; 2014a). Deflagra-se, então, um *terceiro ciclo de ajuste*. O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - constitui uma expressão emblemática desta inflexão desenvolvimentista, a deparar-se com a restrição dos investimentos privados. Não obstante todo o esforço realizado pelo primeiro governo Dilma Rousseff para que o setor privado caminhasse na direção da retomada de novos projetos de ampliação da capacidade produtiva do Brasil, vivencia-se o aparente paradoxo da paralisia dos investimentos. A rigor, os investimentos constituem um *nó górdio*, difícil de desatar na economia brasileira.

Nesta coalisão instável de política de ajuste acoplada a estratégias neodesenvolvimentistas, avalia Leda Paulani (2014, p. 2, grifo da autora) que o primeiro governo Dilma Rousseff empreende uma guinada progressista na orientação da política econômica que a faz ser *odiada pelo mercado financeiro*:

[...] começou com uma guinada no Banco Central, baixou os juros, enfrentou corajosamente o lobby financeiro, usando os bancos públicos para reduzir os spreads dos bancos privados, deu força para o PAC e para o "Minha Casa, Minha Vida" que é um grande pacote de investimentos e tem efeito multiplicador na economia.

Assim, Rousseff afasta-se da cartilha ortodoxa, ainda com grande peso no governo, e retoma dimensões da heterodoxia econômica escanteada pela lógica do ajuste. E, com essa

tentativa de reorientação da política econômica a Presidenta desagrada e ameaça interesses do mercado financeiro (PAULANI, 2014).

Em um contexto externo desfavorável, os impasses e dilemas do modelo brasileiro persistem e agravam-se. Assim, os alertas críticos de analistas, sobre a instabilidade e insegurança do propalado modelo brasileiro mostram a sua pertinência. A partir de 2011-2012 e de modo mais intenso em 2013-2014, o governo Dilma Rousseff se vê diante de dificuldades, com progressiva diminuição dos índices de crescimento, elevação dos patamares de inflação, diminuição de superávit primário, déficit na conta corrente. Instaura-se, então, uma fase de recessão, delineando a crise brasileira contemporânea, que parece inaugurar um novo ciclo, com o esgotamento do padrão econômico e político vigente.

3.2 O modelo brasileiro de crescimento com inclusão: contradições e dilemas dos governos petistas

No limiar do século XXI, o Brasil, em seus processos ativos de ajuste, de caráter dependente e periférico, sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), inicia a *Era LULA*. Fundada em um amplo leque de alianças, compreende dois mandatos, com inflexões diferenciadas em cada um dos períodos, quais sejam: 2003-06 (primeiro governo Lula); 2007-10 (segundo governo Lula). Em 2003, quando o presidente Lula assume o poder, paira um fantasma de sua incapacidade de governar; o presidente mantém e aperfeiçoa a política macroeconômica de ajuste, tranquilizando os setores dominantes do capital, que, conjuntamente, no jogo de forças, parecem aderir ao governo. O Presidente Lula foi construindo uma significativa política externa a lhe conferir visibilidade no contexto internacional. Esvaem-se, desse modo, as especulações em torno de sua capacidade de governar o País (CARVALHO; GUERRA, 2014)

Na construção da dinâmica governamental, o Presidente Lula consegue trazer o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única

dos Trabalhadores (CUT), os movimentos sindicais e populares para o interior da sociedade política. Lideranças dos movimentos sociais são, então, acionadas a participarem ativamente do governo. Ao mesmo tempo, deflagra um amplo processo de políticas de enfrentamento à pobreza e, dessa forma, vai tecendo a adesão das massas, que, antes, eram arredias à condução política de Lula.

Por estas distintas vias, o Presidente Lula consegue construir e manter um equilíbrio de forças do capital e do trabalho, desenvolvendo um governo de ajuste ao capital mundializado, em meio à adesão passiva das massas, que, a partir de então, passam a vivenciar uma experiência de *cidadania pelo consumo*. Assim, no contexto primeira da década do século XXI, a atuação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, na construção de um equilíbrio de forças vinculadas ao capital e forças vinculadas ao trabalho, nomeadamente as massas trabalhadoras, circunscreve o fenômeno que, em uma inspiração gramsciana, pode ser denominado *cesarismo lulista*¹² (id ibidem). Em verdade, Lula eleva-se à condição de *condottiere* do movimento geral da sociedade, em meio à adesão de capitalistas - sobremodo, ligados ao capital financeiro - e de massas populares, particularmente, um amplo segmento empobrecido, a ascender socialmente, com uma inserção pela via do consumo.

Desse modo, na condução do Estado, Lula parece se submeter à burguesia, na medida em que privilegia seus interesses e, ao mesmo tempo, exerce o controle das massas trabalhadoras, a assumirem um consenso passivo, destituídas da sua condição de sujeito político. Francisco de Oliveira (2010), em suas análises, nomeia esse período de *hegemonia às avessas*, típica do momento histórico do ajuste brasileiro¹³.

E, nesse equilíbrio de forças, em que Brasil aparecia internacionalmente como potência emergente, Luís Inácio Lula da Silva assume dimensões de um *mito*, com ampla aprovação ao seu governo. Nessa condição de *mito do Brasil contemporâneo*, o Presidente parecia colocar-se

acima dos interesses de classe, blindado a ataques e escândalos, ao estilo, do então denominado, pela mídia, *mensalão petista*¹⁴ (id ibidem). Nesse exercício da estratégia cesarista de busca de equilíbrio entre interesses do capital e do trabalho, o governo Lula põe em marcha o modelo rentista-extrativista de acumulação, vigente na América Latina, associado a políticas de enfrentamento à pobreza. Utiliza o fundo público, prioritariamente, para beneficiar interesses do capital, mas, também para desenvolver amplos programas sociais de caráter distributivo, como *Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida*, que garantem a inserção de setores empobrecidos na cidadania do consumo.

Neste arriscado arranjo, os governos do Partido dos Trabalhadores, conseguem viabilizar crescimento econômico, com distribuição de renda. É o propalado modelo de *crescimento com inclusão*, característico dos governos petistas nos percursos do ajuste brasileiro. Este modelo é eminentemente instável, a ancorar o dinamismo da economia no consumo do mercado interno e não no investimento produtivo. E mais, esse consumo está assentado na expansão do crédito, ou seja, no endividamento dos consumidores, particularmente, dos segmentos mais empobrecidos em ascensão social. Assim, conforme avalia Leda Paulani (2012b, p. 4)

[...] ancorar a dinâmica macroeconômica no consumo e o consumo no crédito é tentar fazer a economia capitalista andar com o motor girando ao contrário.

Essa contraditória equação satisfaz, de modo conjuntural, a burguesia financeira e, ao mesmo tempo, atende determinados segmentos pauperizados dos setores populares e, sobremodo, trabalhadores assalariados beneficiados com a política de valorização real do salário mínimo, com inequívoca repercussão nos benefícios previdenciários. Entretanto, parece deixar de fora setores da burguesia empresarial, a classe média e determinados segmentos das classes populares, mobilizados em lutas pela reforma agrária, pelos

direitos de populações tradicionais, a exemplo dos ribeirinhos, indígenas e quilombolas. É importante frisar que as classes médias foram também beneficiadas pelas estratégias governamentais que possibilitaram, pela via da redução de tributos fiscais – como a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) – um aumento significativo de consumo de determinados bens, sendo um signo destes tempos o extraordinário crescimento da venda de carros novos, reforçando um padrão de desenvolvimento urbano, centrado no transporte individual, em meio ao caos do transporte coletivo (GUERRA, 2014).

Eleita presidenta do Brasil, com o apoio e a chancela política de Lula, Dilma Rousseff inicia seu primeiro mandato (2011-2014), em um contexto de agravamento da crise estrutural do capital. Aprofundando a inflexão no modelo brasileiro – já emergente no segundo governo Lula – o governo Dilma tenta desenvolver um híbrido arranjo de políticas de ajuste e *neodesenvolvimentismo*. Nesta perspectiva, o governo, ao tentar afastar-se da ortodoxia do modelo de ajuste, desagrade certos segmentos do setor financeiro. E, não consegue envolver, de fato, os setores produtivos na pretendida arrancada desenvolvimentista. Investe na ampliação das políticas de enfrentamento da pobreza, sendo emblemáticos o Plano Brasil sem Miséria (2011) e o Programa Brasil Carinhoso (2012).

Com efeito, tem-se uma alteração no perfil distributivo do País, com a proclamada emergência da *nova classe média*, assim designando cerca de 30 milhões de pessoas que, nos últimos anos, migraram dos segmentos miseráveis e empobrecidos, para uma classe média baixa, passando a desfrutar do acesso a um nível de consumo, antes imaginado impossível. Desse modo, os setores populares aderem passivamente ao governo Dilma Rousseff, como base de apoio, sem, interferir, efetivamente, na condução política do Estado, como força operante. Em verdade, agrava-se a desmobilização dos movimentos sociais organizados, comprometendo a capacidade de intervenção da sociedade civil na

definição da ação estatal. Sob a condução política de Dilma Rousseff, o Estado encarna uma configuração de *governo de compromisso*, tentando, por diferentes mecanismos, equilibrar tensões e contradições. Estrategicamente, o governo Dilma Rousseff parece não abrir espaço político para os segmentos mais críticos situados à esquerda, deixando-se pressionar por setores da direita, representantes de diferentes frações da classe dominante.

O cientista político mexicano Lúcio Oliver Costilla (2014)¹⁵, à luz da inspiração gramsciana, sinaliza para a distinção de condução política entre a *Era LULA* e a primeira gestão Dilma Rousseff, estabelecendo a demarcação entre *cesarismo lulista* e *governo de equilíbrio de Rousseff*: ao contrário de Lula, a Presidenta, na condução da sociedade política, não consegue se colocar como *condottiere* do movimento geral da sociedade. Busca conciliar interesses de segmentos do capital e necessidades de inclusão das massas populares, construindo um equilíbrio instável, em uma composição de forças de alto risco (CARVALHO; GUERRA, 2014).

Em junho/julho de 2013, no contexto da Copa das Confederações¹⁶, a demarcar o poderio da FIFA na cena brasileira, explodem, como fenômeno inesperado e surpreendente, as chamadas *rebeliões de junho*, *revoltas de junho*: milhões de jovens-adultos tomam as ruas nas capitais, nas grandes e médias cidades, pelo Brasil a fora, de Norte a Sul. Analistas avaliam que estamos diante de *rebeliões do precariado* (ALVES, 2013). O País vive, então, um singular momento na sua história política, mostrando-se, assim, outra face do *enigma Brasil*, constituído em um arranjo funcional e instável de políticas de ajuste e de intervenções neodesenvolvimentistas. De fato, tem-se em cena um Estado pressionado em suas distintas configurações - poderes executivo, legislativo e judiciário - por estas singulares manifestações populares, que constituem um marco no delineamento da crise brasileira (ARANTES, 2015).

Em 2014, no período da Copa do Mundo de Futebol, o Governo Dilma Rousseff, sob a pressão

dos interesses do capital, consubstanciados na força da Federação Internacional de Futebol Amador (FIFA), empreende dura repressão aos movimentos sociais, inviabilizando essas manifestações como força atuante da sociedade civil. Entretanto, nesse contexto de desmonte das rebeliões, pela força de coerção da sociedade política, emerge e toma corpo, a ideia de mudança, posta a público, de forma genérica e difusa, como sentimento de negação do sistema político brasileiro, dirigindo-se, especialmente, ao governo Dilma Rousseff. Esse mote político da mudança é apropriado pelas forças de oposição ao governo, transformando-se em um grande slogan de campanhas, nas eleições para a presidência da República, em 2014.

A partir de 2013, especificamente em 2014, em um tom de *espetáculo global*, com respaldo de grandes jornais e revistas nacionais, a manipulação midiática da grande imprensa escrita e televisiva difunde o que a analista Leda Paulani, em artigo de 20 de outubro de 2014, denomina de *Terrorismo Econômico*, com a manipulação de dados estatísticos para instaurar um clima de caos da economia, em relação aos parâmetros macroeconômicos, notadamente, déficit público, investimentos externos no País e inflação. Trata-se, de fato, de uma histeria midiática, insistentemente difundida, de diferentes formas, em programas televisivos e em matérias jornalísticas de distintos formatos. Sustenta Leda Paulani que a razão desta histeria nacional materializada no *Terrorismo Econômico* é o não apreço dos mercados financeiro à presidenta Dilma. Cria-se um terreno apropriado para difusão da crise brasileira, que se aprofunda no início do segundo mandato Dilma.

Neste cenário adverso, a candidata à reeleição Dilma Rousseff enfrenta uma das mais difíceis e acirradas campanhas eleitorais. Em meio a um embate de forças, Dilma Rousseff vence as eleições, num país fracionado, dividido e eminentemente antagônico. E no âmbito da oposição tem-se uma rearticulação das forças conservadoras. O poder midiático, alimentando este antagonismo

das diferentes forças sociais, investe, de forma sistemática e intensiva, numa acirrada campanha que tem com princípio a desqualificação como via de desestabilização de um governo democraticamente instaurado.

4 A CRISE BRASILEIRA EM PROCESSO:

esgotamento do modelo rentista-extrativista em um contexto de um acirramento de disputas políticas

Os primeiros meses de 2015, mais precisamente, o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, encarnam um momento de perplexidade e muita tensão no ar. Março e abril são tempos de incertezas e de riscos! Terrorismo midiático, a declarar, de forma permanente e reiterada, o caos da economia brasileira, como se o País estivesse à beira do precipício (PAULANI, 2014). Coalizão governamental montada pela presidenta Dilma Rousseff tensionada, sem unidade interna e com falta de capacidade de diálogo e negociação; uma espécie de fragmentação e *diálogo de surdos* entre Executivo e Legislativo; esgarçamento institucional (GRZYBOWSKI, 2015). Manifestações, congregando classes médias e elites, tomam ruas e praças, a expressarem um ódio social que parecia reprimido e recalcado; queda assustadora dos índices de popularidade da Presidenta recentemente eleita...

Assim, fala-se de grande crise, apenas no começo! César Benjamim, em artigo de 2015, com o sugestivo título *é pau, é pedra, é o fim de um caminho*, assim consubstancia uma avaliação à esquerda:

Nunca se viu coisa igual: um governo³ que toma posse e não começa, que já no primeiro trimestre se desmoraliza e se arrasta de derrota em derrota, e cuja maior esperança é conseguir agonizar em praça pública por quatro anos, sem nada propor ao país. Não dará certo, é claro, embora ainda não saibamos como [...] estamos diante de diversas crises, superpostas e combinadas, que apenas se iniciam.

É coisa de grandes proporções. Dadas as características da sociedade brasileira atual, talvez venha a ser a mais grave crise da nossa história. (BENJAMIM, 2015).

Afinal, do que se trata? O que está em jogo, neste intrincado tabuleiro de xadrez, marcado por confrontos, desencontros, com oposições a espreitar e a querer produzir um possível *xequemate* no governo democraticamente eleito? A rigor, está, na cena contemporânea, a crise brasileira a nos desafiar a compreendê-la, a decifrar a sua natureza, o seu espectro e o próprio horizonte da vida do País, em curto e médio prazos!

José Luís Fiori (2015, p. 1), em sua reflexão *Ciclos e Crises*, a encerrar este turbulento abril de 2015, retoma um *clássico princípio*, a delinear uma via interpretativa:

[...] é necessário recuar no tempo para analisar melhor e compreender uma conjuntura de crise. Elas não caem do céu, nem são obra do acaso, e sua trajetória não é inteiramente imprevisível.

De fato, para desvendar as tessituras da crise no Brasil 2015 é fundamental considerar os ciclos de ajuste brasileiro, nomeadamente aqueles viabilizados nos doze anos de governos petistas. E, nesta perspectiva, ao adentrar no caleidoscópio de reflexões de analistas, emergentes nos fluxos da crise, delineamos uma chave analítica: *esgotamento*. Múltiplas são as configurações a indicar o foco da análise: *esgotamento* do lulismo como força política de transformação (SAFATLE, 2014); *esgotamento* de um pacto político nacional – popular com empresários industriais, trabalhadores, setores da burocracia pública e da classe média baixa (BRESSER PEREIRA, 2015); *esgotamento* de um modelo político que chega ao limite (GRZYBOWSKI, 2015); *esgotamento* do pacto em que todos ganham (BOULOS, 2015); *esgotamento* de mais um ciclo do desenvolvimento brasileiro (FIORI, 2015); *esgotamento* da política econômica que prevaleceu

nos doze últimos anos [...] *esgotamento* simultâneo dos quatro mecanismos usados na última década para promover alguma distribuição de renda: aumentos reais do salário mínimo; políticas de transferência de renda, centradas no programa Bolsa Família; ampliação do crédito; aumento da formalização do trabalho (BENJAMIN, 2015).

A nosso ver, os múltiplos enfoques do *esgotamento* parecem se articular, em uma complexa tessitura da crise, circunscrevendo um eixo estrutural e estruturante da contemporaneidade no Brasil: o *esgotamento* da versão brasileira, do modelo rentista-extrativista, com mecanismos de distribuição de renda. Trata-se do *esgotamento* de um padrão de inserção do País nos processos mundiais de acumulação, a hibridizar rentismo, sob a égide do capital financeiro, com processos de acumulação por espoliação, em torno da energia/hidrocarburetos, minérios, agricultura transgênica/agronegócios, agrocombustíveis, construção/infraestrutura. Mais especificamente, é o *debacle* do propalado modelo brasileiro de *crescimento com inclusão social*, na perspectiva difundida de combinar *desenvolvimento com justiça social*. Na versão deste modelo brasileiro dos últimos seis anos, a crise é o desmoronamento da experiência de articular políticas de ajuste com neodesenvolvimentismo. Na avaliação de Grzybowski (2015, p. 2):

O pano de fundo é a crise de um modelo de desenvolvimentismo com condicionalidades sociais, baseado numa reprimarização da economia, que não é sustentável economicamente, nem socialmente, muito menos em termos ambientais.

E argumenta, em suas análises, que este “[...] projeto desenvolvimentista com condicionalidades sociais promoveu mudanças, sem dúvidas, mas nada sustentáveis.” (GRZYBOWSKI, 2015, p. 2). É inconteste que o salário mínimo subiu significativamente, foram criados empregos com carteira assinada, fez-se a proteção mínima, com o Bolsa Família, avançou-se na educação. Entretanto,

ao longo desses anos, não houve mudança na estrutura produtiva, que segue voltada à acumulação capitalista, geradora de desigualdades. Nas palavras de Grzybowski (2015, p. 2),

[...] distribuimos benefícios do crescimento à metade mais pobre do Brasil, aumentamos o consumo popular e estimulamos a produção de bens e serviços puxada por este consumo. Nada de reforma agrária, reforma tributária, taxação de grandes fortunas, enfim, nada de uma distribuição mais equânime da riqueza.

Fiori (2015), em um recuo histórico de décadas, redireciona o foco da análise para os percursos do desenvolvimentismo brasileiro, olhando a atual conjuntura de crise dessa perspectiva de longo prazo. Afirma então:

[...] tudo parece indicar que o país está vivendo uma crise provocada pelo esgotamento de mais um ciclo de 'fuga para frente' do desenvolvimento brasileiro. (FIORI, 2015, p. 3, grifo do autor).

E, reconhecendo mudanças expressivas, com o grande salto social e democrático das primeiras décadas do século XXI, sustenta que o Brasil manteve seu padrão estrutural de crescimento e o novo projeto, denominado por alguns de *social-desenvolvimentista*, logrou obter o apoio de uma coalisão de interesses extremamente heterogênea e desigual. Adentrando no complexo campo político da crise, Fiori (2015, p. 2-3) sinaliza que

Durante a última década, esta coalisão se alargou tanto que acabou se transformando num verdadeiro caleidoscópio ideológico e oportunista sem força, nem vontade para sustentar uma estratégia econômica e social, e de inserção internacional, de mais longo prazo, com capacidade de navegar junto nos períodos de tempestade e na contramão dos mercados e das marés ideológicas e midiáticas dominantes.

Em verdade, analistas apontam que a grande dificuldade, no âmbito da crise, é definir o futuro, constatando-se uma ausência de alternativas tanto do lado do governo e de suas forças aliadas como das oposições. Assim avalia Francisco de Oliveira, em entrevista de abril de 2015:

Numa crise desse tamanho, não temos oposição capaz de reunir forças políticas para lidar com o problema. Os tucanos não têm credibilidade, o PT está imerso na crise e manifestações do tipo que vimos nos dias 13 e 15 [de março do ano em curso] são indicações da capacidade da sociedade de gritar. Mas tampouco se transformam em força política organizada para criar soluções alternativas.

Enfim, em termos gramsciano, estamos a viver uma crise de hegemonia, com o vazio que tem se mostrado perigoso e propício a um avanço oportunista de forças políticas conservadoras, respaldadas na mídia dominante a apostar no pior para ocupar espaços políticos, repondo na agenda política o desmonte de direitos conquistados ao longo da história. Tendemos a concordar com avaliações políticas que indicam a ausência, na cena pública, de sujeitos coletivos de transformação, a encarnarem movimentos, que de suas trincheiras lutem com capacidade de apresentar alternativas efetivas de mudanças de rumo do modelo brasileiro. Face ao risco de grandes retrocessos no horizonte da vida brasileira, é preciso investir no exercício da vigilância cidadã e democrática. A opção estratégica para o tempo presente é apostar nas resistências e lutas no sentido de uma disputa de hegemonia capaz de construir caminhos para o enfretamento das desigualdades, a partir de uma perspectiva política que supere entraves estruturais, mediante reformas profundas na economia e na política. O distributismo sem reformas atingiu seus limites. Esses tempos de crise impõem a exigência de tomar decisões que mudem o rumo da história!

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.
- ÁLVAREZ, Victor. Economia venezuelana cresceu: o importante agora é transformá-la. **Diário Liberdade**, [S. l.], 2013. Laboral/Economia. Disponível em: <<http://www.diarioliberalde.org/america-latina/laboral-economia/35132-economia-venezuelana-cresceu-o-importante-agora-%C3%A9-transform%C3%A1-la.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- ARANTES, Paulo. O capitalismo está morrendo de overdose. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, 2015.
- BENJAMIN, César. É pau, é pedra, é o fim de um caminho: a crise, a dissolução da esquerda e o legado conservador do lulismo. **Revista Piauí**. n. 103, abril 2015.
- BOULOS, Guilherme. O tempo se esgota. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 837, fev. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Ricos nutrem ódio ao PT e a Dilma', afirma ex- ministro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, mar. 2015. Entrevista concedida à Eleonora de Lucena Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml>>. Acesso em: 17 de mar. de 2015.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Políticas Públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUZA, Fernando José Pires de (Org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições da UFC, 2010. p. 171-200.
- _____. Civilização do capital em crise: interpelações do tempo presente. In: HOLANDA, Francisco Uríbam Xavier de (Org.). **Nuestra América no século XXI**: disputas de hegemonia nos circuitos da crise. Fortaleza: Edições UFC, 2012a.
- _____. Democracia na América Latina no século XXI: lições da História. In: CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, 3., 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CASLA, 2012b. Mesa Redonda Política, Cidadania e Democracia na América Latina.
- _____. O Brasil no século XXI: inserção no capitalismo financeirizado e posição na geopolítica da América Latina. In: COLÓQUIO BRASIL: revolución pasiva o modernización conservadora?, 2013, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: UNAM, 2013. Proyecto PAPIIT.
- _____. Posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Dependência nas Tramas da Autonomia e do Subimperialismo. In: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; HOLANDA, Francisco Uríbam Xavier de (Orgs.). **Brasil e América Latina**: Percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: Edições UFC, 2014a.
- _____. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 225-239, 2014b.
- _____. Democracia, Estado, Desenvolvimento e Conflitos Sociais: trilha analítica para pensar o Brasil Contemporâneo na Civilização do Capital. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2014, São Luís. **Anais...** São Luís: UEMA, 2014c. Conferência de Abertura.
- _____. **O Brasil no século XXI nas tramas do ajuste em tempos de crise**: políticas públicas no foco da crítica. São Luís, 2015. Aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
- _____; GUERRA, Eliana Costa. Brasil contemporâneo: a equação Estado/Sociedade em distintos momentos históricos da vida brasileira (1980-2014). In: SEMINÁRIO DO PROYECTO PAPIIT, Roma, 2014. **Anais...** Roma, 2014.
- CHOMSKY, Noam. Contra el império de la vigilancia. **Le Monde Diplomatique**, Valência, abr. 2015. Entrevista.

COMISIÓN ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **América Latina debe ponerse dramáticamente al dia em políticas industriales.** Santiago de Chile, 2013. Disponível em: <<http://americaeconomia.com/node/103317>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

CORREA, Rafael. Restauração conservadora ameaça ciclo de governos progressistas na América Latina. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Emir Sader, Belo Almeida e Valter Xéu. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/29243>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **América Latina busca novo modelo de crescimento econômico.** São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538368-america-latina-busca-novo-modelo-de-crescimento-economico>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

ENGDAHL, Frederick William. Dilma Rousseff, Presidenta do Brasil, país membro do BRICS, é o próximo alvo de Washington. **Adital**, Fortaleza, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia:imo.asp?lang=pt>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

FIORI, José Luis. Ciclos e Crises. **Revista Carta Maior**, São Paulo, Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opinia/4028888/ciclos-e-criSES>>. Acesso em: 2 maio 2105.

GALARZA, Napoleon Saltos. Crisis capitalista y alternativas contrahegemónicas. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 61-70, 2014. Tradução livre.

_____. **Movimientos sociales y poder contrahegemónico en América Latina.** Quito, 2013. Disponível em: <<http://lalineadefuego.info/2013/08/21/7358>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GUERRA, Eliana Costa. A questão urbana no Brasil no novo ciclo de acumulação do capital: gestão das urgências e acirramento das desigualdades sócio-espaciais. In: COLÓQUIO BRASIL: revolución pasiva o modernización conservadora?, 2013, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: UNAM, 2013. Proyecto PAPIIT.

_____. Questão urbana e ambiental em tempo de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil Contemporâneo. **Revista Políticas Públicas**, n. esp. p. 257-268, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luís Cesar Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

GRZYBONSKI, Candido. Os poderes instituinte e constituinte da sociedade como armas contra crise. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, ano XV, n. 461, mar. 2015. Entrevista concedida a João Vitor dos Santos e Patricia Fachin. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/540824-os-poderes-instituente-e-constituente-da-sociedade-como-armas-contracrise-entrevista-especial-com-candido-grzybowski>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MAZZEI, Umberto. La Diplomacia Económica como arma. **América Latina em movimento**, Quito, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/articulo/169213>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Não acredito em impeachment e nem em renúncia. **Jornal Correio da Cidadania**, São Paulo, abr. 2015. Entrevista. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/>>. Acesso em: 5 maio 2015.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, Estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 10, abr./jun. 2012a.

_____. A dependência redobrada. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2012b.

_____. Mídia e mercado fazem terrorismo econômico. Brasil de Fato, **São Paulo**, nov. 2014. Entrevista concedida a Bruno Pavan. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/30418>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SAFATLE, Vladimir. Paralisia e esgotamento. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 824, nov. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Podemos. PT. **Revista Visão**, Lisboa, nov. 2014a. Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/boaventura-sousa-santos=s23499>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____. A Terceira Guerra Mundial. **Revista Carta Maior**, São Paulo, dez. 2014b. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-Terceira-Guerra-Mundial-32494>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. A parceria fatal. **Revista Visão**, Lisboa, jan. 2015a. Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/boaventura-sousa-santos=s23499>>. Acesso em: 10 mar. 2015

_____. Charlie Hebdo: uma reflexão difícil. **Revista Carta Maior**, São Paulo, jan. 2015b. Disponível em: <http://cartamaior.com.br>. Acesso em: 15 de jan. de 2015.

_____. Syriza: A segunda libertação. **Revista Carta Maior**, São Paulo, fev. 2015c. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Syriza-a-segunda-libertacao/32796>. Acesso em: 10 de mar. 2015.

_____. Os contextos da esquerda. **Revista Carta Maior**, **São Paulo**, mar. 2015d. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-contextos-da-esquerda/6/32991>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ZIBECCHI, Raul. **Brasil potência: entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. 1. ed. México: Bajo Tierra Ediciones, 2012.

ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOTAS

¹ Mais que um modo de produção, o capitalismo mundializado, constitui um regime civilizacional, a estender a lógica do capital aos diferentes domínios da vida social, mesmo aqueles que, outrora, dificilmente seriam concebidos como capitalistas: religião, relações afetivas, concepção do tempo livre, avaliação do mérito científico e avaliação moral dos comportamentos (CARVALHO, 2012a; 2014c; 2015).

² Como bem avalia István Mészáros (2009), esta crise, que marca a contemporaneidade, é grave e profunda, constituindo-se uma crise do sistema em sua totalidade: de caráter sistêmico e de amplitude global que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições de sobrevivência humana.

³ O nosso esforço de demarcar posições neste xadrez do reordenamento geopolítico mundial está inspirado em leituras políticas de diferentes analistas no campo do pensamento crítico, com destaque para Naom Chomski, Boaventura de Sousa Santos, Leda Paulani, Ignácio Ramonet, Paulo Arantes, trabalhando, sobretudo, avaliações consubstanciadas em artigos de jornais e revistas e em entrevistas do ano de 2014 e dos quatro primeiros meses de 2015.

⁴ Enquanto os níveis de crescimento econômico ainda se mantêm elevados, a despeito da crise global, na China, as desigualdades sociais seguem em patamar bastante alto, segundo dados oficiais. Pesquisa do Centro de Estudos de Planejamento Familiar da Universidade de Pequim, divulgada em 2013, revela que a sociedade chinesa apresenta níveis de desigualdade ainda mais elevados do que mostram as estatísticas oficiais. Segundo a pesquisa, os 5% mais ricos do país detêm 23% da riqueza nacional, ao passo que os 5% mais pobres contam com apenas 0,1% de toda a renda.

⁵ No limiar dos anos 2000, o continente latino-americano surpreendeu o mundo com seus movimentos sociais populares a afirmar a democracia popular participativa, sustentando eleições de governos progressistas de diferentes matizes, com distintas conformações de Estados e projetos políticos diferenciados (CARVALHO, 2012b).

⁶ A partir de 1998 e, ao longo da primeira década do século XXI, o mapa político da América Latina começa a girar à esquerda, mediante o acesso por via eleitoral de governos *progressistas*: Lula – Rousseff no Brasil, a reeleição de Chávez em Venezuela, Morales em Bolívia, Correa em Equador, Kirchner – Cristina Fernandez em Argentina, Vasquez – Mujica em

Uruguai, Lugo em Paraguai, Ortega em Nicarágua, Funes em El Salvador, Bachelet em Chile (GALARZA, 2013).

⁷ Para avaliar o peso geopolítico desta busca de autonomia da América Latina, nos marcos de governos progressistas, na primeira década do século XXI, é preciso ter presente que, durante quinhentos anos, América Latina, basicamente, se viu controlada por poderes imperialistas ocidentais, sobretudo, pelos EUA no século XX e, antes por outras potências europeias nos percursos, do colonialismo (CHOMSKI, 2015).

⁸ O combate ao narcotráfico tem justificado a presença dos EUA como articulador de verdadeiras campanhas no enfrentamento das chamadas redes mafiosas.

⁹ Acumulação por espoliação designa um vasto leque de práticas depredadoras, cujo papel desempenhado ao longo da história da acumulação do capital, persiste e se assemelha ao que Marx designou acumulação primitiva ou original. Negando-se a denominar como primitivo ou original um processo contemporâneo, Harvey opta por substituir estes termos por acumulação por espoliação, destacando um vasto leque de operações que, de modo independente ou associado, confluem para assegurar níveis de acumulação, com a expropriação dos segmentos mais frágeis do sistema do capital. Por conta de processos de acumulação por espoliação, contingentes populacionais se veem despossuídos de seus meios de subsistência, expropriados de suas terras, bens e ativos financeiros (HARVEY, 2004).

¹⁰ É importante considerar que tais relações comerciais com a China constituíram, à época, uma alternativa para os países latino-americanos enfrentarem a crise do capital quando tal crise, em seus deslocamentos e desdobramentos, atingia, violentamente, os EUA e países europeus.

¹¹ Cabe destacar determinadas formas emblemáticas de intervenção estatal: a atuação decisiva do BNDES no financiamento de projetos que promovem a acumulação por espoliação; a desregulamentação da legislação ambiental, com a aprovação do novo Código Florestal; a regressão no reconhecimento e afirmação de direitos indígenas e das populações tradicionais.

¹² Antonio Gramsci (2002, p. 76, grifos nossos e do autor), em sua teoria política, a pensar os circuitos da história, nomeia de “[...] cesarismo, o fenômeno que materializa a **solução ‘arbitral’, confiada a uma** grande personalidade de uma situação histórico-política, caracterizada por um equilíbrio de forças [...]”.

¹³ Para configurar o que designa *hegemonia às avessas*, Francisco de Oliveira (2010) argumenta que os trabalhadores, as classes subalternas parecem tomar a direção política da sociedade, contudo, efetiva-se, de fato, o domínio das forças do capital, de maneira inequívoca. Ao chegar ao domínio do Estado, Lula, na condição de liderança operária e popular, efetiva a hegemonia tradicional do capital. E, desse modo, o processo de hegemonia se expressa de forma às avessas,

na medida em que os setores do capital consentem em ser politicamente conduzidos por representante político dos dominados, desde que a direção tomada não questione suas formas de domínio, mas, pelo contrário, viabilize a dominação capitalista. Mais: o governo petista, na direção da sociedade política parece “[...] sequestrar os movimentos sociais e a organização da sociedade civil.”, nas palavras de Oliveira (2010, p. 25).

¹⁴ A grande mídia nacional designou *Mensalão Petista*, o escândalo encabeçado pelo Deputado Roberto Jefferson (PTB), em 2005. Processos, investigações e julgamentos ocorreram levando dirigentes do PT à prisão. Pesquisas indicam que nunca aconteceram tantos processos e punições a atos de corrupção na história de nosso país, quanto durante a *era Lula* e o mandato Dilma Rousseff.

¹⁵ Estas reflexões de Lúcio Oliver Costilla compõem *Notas de Trabalho*, de setembro/outubro de 2014, em interlocução com Alba Carvalho e Eliana Guerra.

¹⁶ Evento mundial que antecede a Copa do Mundo de Futebol, de 2014, a demarcar o poderio da FIFA (Federação Internacional de Futebol Amador) na cena brasileira

Alba Maria Pinho de Carvalho

Assistente Social

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: albacarvalho@gmail.com

Eliana Gosta Guerra

Assistente Social

Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VIII

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: elianacostaguerra@hotmail.com

Universidade Federal do Ceará - UFC

Avenida da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza/CE

CEP: 60020-181

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova, Natal/RN

CEP: 59078-970